
Desafios de docentes no processo de inclusão de alunos surdos no ensino superior

Challenges of teachers in the process of including deaf students in higher education

Desafíos de los docentes en el proceso de inclusión de estudiantes sordos en la educación superior

Recibido: 4/09/2025

Aprobado: 18/09/2025

Publicado: 02/10/2025

Este artículo ha sido aprobado por la editora Dra. Susana Pérez Barrera

Taise Gomes dos Santos Cá ¹

Katia Mariel Figueroa Rohmann²

Resumo

O artigo destaca a importância de políticas públicas e iniciativas institucionais para garantir o direito à educação inclusiva, que regulamentam a inserção da Língua

¹ Doutoranda em Educação pela UDE- MDV(2025), Mestre em Políticas Públicas e Gestão educacional- UFSM (2021), Especialista em Docência em Libras e Tradução e Interpretação em Língua de Sinais Brasileira (2022), Licenciada em Educação Especial pela Universidade Federal de Santa Maria (2009).Atualmente atuo na Universidade Federal do Pampa, como Tradutora e Intérprete de Língua de Sinais, [ORCID https://orcid.org/0000-0003-1249-5082](https://orcid.org/0000-0003-1249-5082), taisegomes25@gmail.com

² Mestranda do Programa de Pós Graduação em Administração - PPGA na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA (2024), Graduanda do Curso de Letras na Unipampa (2024). Especialista em Libras e Educação para Surdos pela Universidade Anhanguera (2024). Bacharela do Curso de Administração pela Universidade Federal do Pampa - Unipampa (2023). [ORCID https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0003-1674-9254](https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0003-1674-9254), katiarohmann@gmail.com

Brasileira de Sinais (Libras) no ambiente educacional e no currículo docente. O estudo teve como objetivo compreender as percepções e adaptações dos professores ao ensinar alunos surdos, identificando barreiras e possíveis soluções. A metodologia adotou uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo e método narrativo. Foram realizadas entrevistas com sete professores do curso de Administração que tiveram experiência com um aluno surdo. Os resultados mostraram que a comunicação foi um dos principais desafios. A pesquisa reforçou a urgência de preparar docentes para promover um ensino verdadeiramente inclusivo.

Palavras-chave: Inclusão, Educação Superior, Docente.

Abstract

The article highlights the importance of public policies and institutional initiatives to ensure the right to inclusive education, regulating the incorporation of Brazilian Sign Language (Libras) into the educational environment and teacher training curriculum. The study aimed to understand teachers' perceptions and adaptations when teaching deaf students, identifying barriers and possible solutions. The methodology followed a qualitative approach, with a descriptive nature and narrative method. Interviews were conducted with seven professors from the Business Administration program who had experience with a deaf student. The results showed that communication was one of the main challenges. The research reinforced the urgency of preparing educators to promote truly inclusive teaching.

Keywords: Inclusion, High Education, Teacher.

Resumen

El artículo destaca la importancia de las políticas públicas y de las iniciativas institucionales para garantizar el derecho a una educación inclusiva, que regulen la incorporación de la Lengua Brasileña de Señas (Libras) en el entorno educativo y en el currículo docente. El estudio tuvo como objetivo comprender las percepciones y adaptaciones de los profesores al enseñar a estudiantes sordos, identificando barreras y posibles soluciones. La metodología adoptó un enfoque cualitativo, con carácter descriptivo y método narrativo. Se realizaron entrevistas con siete profesores del curso de Administración que tuvieron experiencia con un estudiante sordo. Los resultados mostraron que la comunicación fue uno de los principales desafíos. La investigación reforzó la urgencia de preparar a los docentes para promover una enseñanza verdaderamente inclusiva.

Palabras clave: Inclusión, Educación Superior, Docente.

Introdução

O professor é um agente na construção de um ambiente educacional que promova a equidade. Isso significa que, além de cumprir com as exigências legais estabelecidas pelas políticas de inclusão, como a Lei 13.146/2015 e a Lei 14.768/2023, os docentes têm a responsabilidade de promover um ambiente de acolhimento e respeito à diversidade (Brasil, 2015; Brasil, 2023).

Essa responsabilidade, no entanto, não pode ser vista como uma tarefa isolada, só pode ser plenamente exercida se houver um apoio institucional efetivo, que inclua formação continuada e suporte técnico e pedagógico para que os professores possam desempenhar seu papel de maneira satisfatória. A falta de capacitação e de apoio estrutural nas instituições de ensino também representa um grande obstáculo (Libâneo & Pimenta, 1999).

Segundo Nóvoa (2009), o desenvolvimento profissional dos docentes é um processo contínuo, que não pode se limitar à formação inicial. No contexto da inclusão de alunos surdos, essa formação continuada é importante na preparação de professores para lidar com as barreiras que surgem em sala de aula e possam promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

Além disso, é preciso compreender que a inclusão vai além do acesso físico e legal à escola, a inclusão exige uma mudança de cultura educacional que valorize a diferença como princípio formativo (Araújo, 2025). Diante disso, este estudo visa investigar as reflexões dos docentes de uma Universidade Federal, localizada no estado do Rio Grande do Sul, sobre os desafios e responsabilidades que enfrentam no processo de inclusão de alunos surdos.

Ao explorar suas percepções, a pesquisa busca identificar tanto as barreiras enfrentadas quanto às estratégias utilizadas para superar essas dificuldades, com o objetivo de contribuir para uma compreensão profunda e fundamentada sobre o trabalho do docente na construção de um ambiente educacional inclusivo.

A pesquisa foca nos docentes do curso de Administração que tiveram a experiência de ensinar um aluno surdo. A Universidade Federal, assim como outras instituições de ensino superior, enfrenta o desafio de promover a inclusão de alunos surdos em seu ambiente acadêmico, buscando assegurar que todos os estudantes tenham acesso equitativo à educação superior.

Contudo, a implementação eficaz das políticas de inclusão depende não apenas de uma infraestrutura física adequada, mas também do envolvimento e da conscientização dos docentes sobre os desafios e responsabilidades que envolvem o processo educativo inclusivo para essa comunidade. Nesse cenário, é essencial entender como os docentes percebem esses desafios e responsabilidades, a fim de identificar possíveis barreiras na promoção de uma educação inclusiva para alunos surdos e elaborar estratégias eficazes para superá-las, com base na seguinte

questão de pesquisa: **Quais os desafios enfrentados no processo educativo para promover a inclusão de alunos surdos na Universidade?**

Diante desse contexto, o objetivo principal da pesquisa é compreender as reflexões acerca dos desafios no processo educativo enfrentados para facilitar a inclusão de alunos surdos na Universidade, considerando a capacidade dos docentes em atender às necessidades desse grupo e fomentar um ambiente inclusivo no ensino superior. Dessa forma, a presente pesquisa justifica-se pela existência de leis e políticas que exigem a inclusão de alunos surdos no ensino superior.

Compreender as necessidades e perspectivas dos docentes revela-se fundamental para o cumprimento das normativas legais e éticas que orientam a educação inclusiva. Nesse contexto, a investigação pode contribuir para a identificação de lacunas na formação inicial e continuada dos professores no que tange à inclusão de estudantes surdos. Considerando que esses profissionais desempenham papel central na formação de cidadãos críticos e qualificados, é imperativo que estejam devidamente preparados para atender às diversas demandas educacionais dos alunos, respeitando suas especificidades. Essa exigência está amparada por marcos legais como a Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à educação (art. 205 e 208), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas no sistema educacional.

As instituições de educação, enfrentam a tarefa de adaptar-se a esse cenário, estabelecendo políticas que assegurem o direito à educação inclusiva. A partir da promulgação de leis como o Decreto Federal nº 5.626, de 2005, e a Lei nº 12.319, de 2010, que regulamenta a inserção da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas grades curriculares dos cursos de formação de professores, tornou-se evidente a importância de preparar os docentes para atender às demandas dessa comunidade (Brasil, 2005; Brasil, 2010).

A implementação dessas diretrizes legais, há uma série de outros fatores que impactam a eficácia da inclusão de alunos surdos no ensino superior, como a adequação das metodologias de ensino, o suporte institucional e o preparo contínuo dos profissionais envolvidos (De Souza & Vieira, 2020; Vilaça-cruz; Costa; Faria, 2021).

Embora as leis e políticas públicas tenham avançado no sentido de fomentar um ambiente educacional mais inclusivo, a realidade cotidiana revela que ainda há lacunas significativas na formação e capacitação de professores, principalmente em cursos de bacharelado, que não possuem a obrigatoriedade de incluir o ensino de Libras em seu currículo (Barbosa, 2024; Malcher, 2024).

Nesse contexto, a inclusão de pessoas com deficiência é respaldada por legislações nacionais que visam garantir seus direitos e promover uma sociedade mais inclusiva. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei

13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece um marco legal importante para a proteção dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil, incluindo o direito à educação em todos os níveis (Brasil, 2015).

A Lei Nº13.146/2015 define que as instituições de ensino devem promover acessibilidade e oferecer as adaptações necessárias para garantir a inclusão de alunos com deficiência. No contexto da educação superior, determina que as universidades devem adotar políticas que eliminem barreiras arquitetônicas, atitudinais e comunicacionais, a fim de assegurar que os alunos com deficiência possam participar plenamente das atividades acadêmicas (Brasil, 2015).

Além disso, a lei prevê a formação de docentes e o uso de tecnologias assistivas para facilitar o acesso ao currículo e à comunicação, sendo a presença de intérpretes de Libras um exemplo prático de como isso pode ser implementado. Essa legislação reforça a necessidade de as instituições de ensino superior oferecerem suporte adequado aos alunos com deficiência, com foco na capacitação contínua de docentes para lidar com a diversidade nas salas de aula e no uso de metodologias pedagógicas inclusivas.

A Lei Nº 14.704, de 25 de outubro de 2023 estabelece a garantia de presença de intérprete de Libras habilitados, esta lei regulamenta o exercício do profissional e apresenta as suas competências que deve exercer em intermediar a comunicação em qualquer ambiente. Na educação superior, a intermediação deve zelar pelos valores éticos na comunicação entre o professor e aluno, pela imparcialidade e fidelidade na tradução dos conteúdos (Brasil, 2023).

Para a prática colaborativa as universidades devem promover formações específicas para que os professores estejam preparados para atender às demandas de inclusão, como a parceria entre docentes e intérpretes, especialmente no que diz respeito ao ensino de alunos surdos. Essas legislações são fundamentais para o avanço da inclusão no ambiente universitário. No entanto, os resultados da pesquisa indicam que, apesar das diretrizes legais, a implementação prática dessas políticas enfrenta desafios significativos.

A falta de formação adequada e contínua dos docentes, a dependência de intérpretes de Libras, e as barreiras comunicacionais são problemas frequentemente relatados pelos professores. Assim, o cumprimento das exigências legais, como as estabelecidas nas Leis 13.146/2015 e 14.704/2023, requer um compromisso institucional mais robusto, incluindo investimentos em formação docente e adaptação curricular para promover uma verdadeira inclusão no ensino superior (Brasil, 2015; Brasil, 2023).

Barreiras pedagógicas para inclusão

Apesar dos avanços legais e institucionais voltados à inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão - Lei Nº 13.146/2015, docentes do ensino superior ainda enfrentam barreiras pedagógicas no processo de inclusão de alunos surdos (Brasil, 2015). Essas barreiras se manifestam, sobretudo, na inadequação das práticas de

ensino às necessidades linguísticas e comunicacionais desses estudantes. A predominância da oralidade nas aulas, o uso excessivo de textos escritos e a falta de recursos visuais dificultam significativamente a comunicação e o processo de aprendizagem para alunos surdos (Pinto *et al.*, 2019).

Desta forma, um dos principais desafios enfrentados pelos docentes é a comunicação com o aluno surdo, neste ponto a ausência de uma comunicação eficaz pode comprometer significativamente o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que a interação verbal é um dos pilares da prática pedagógica (Quadros, 2004). Além disso, muitos docentes não recebem formação específica para lidar com a diversidade linguística em sala de aula, o que limita sua capacidade de adaptar o conteúdo e a metodologia (Glasser & Pires-Santos, 2011).

Nesse sentido, a falta de conhecimento na primeira língua do aluno surdo, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), por parte dos docentes, torna-se um obstáculo que, muitas vezes, é apenas parcialmente resolvido com a presença de intérpretes, o que não substitui a necessidade de uma comunicação direta entre o professor e o aluno surdo (Mallmann *et al.*, 2014). Além disso, a comunicação vai além da simples tradução de conteúdos; envolve também a adaptação das estratégias pedagógicas para garantir que os alunos surdos possam participar ativamente das atividades acadêmicas. Outro desafio identificado é a adaptação de metodologias de ensino (Quadros, 2004).

De acordo com Mantoan (2003), a inclusão educacional requer a adoção de práticas pedagógicas diferenciadas que levem em consideração as especificidades de cada aluno. No caso dos estudantes surdos, isso implica o uso de recursos acessíveis, como representações visuais do conteúdo, vídeos com tradução em Língua de Sinais Brasileira (Libras), legendas e outros materiais de apoio. Além disso, é necessário que o conteúdo seja organizado de forma clara e visualmente estruturada, a fim de facilitar a compreensão e promover o engajamento desses alunos no processo de aprendizagem.

Entretanto, muitos docentes ainda demonstram desconhecimento quanto às estratégias pedagógicas voltadas ao ensino inclusivo. A dificuldade em adaptar seu planejamento e práticas pedagógicas decorre, em grande parte, devido à falta de formação específica em educação inclusiva, bem como das exigências próprias de suas disciplinas (Souza; Manga & Marques, 2024). Essa situação se agrava em cursos das áreas técnicas e exatas, cujos conteúdos são, frequentemente, abstratos e exigem abordagens visuais e conceituais, exigindo do docente um preparo específico para torná-los acessíveis.

Além dos desafios práticos, os docentes enfrentam também responsabilidades éticas e pedagógicas no processo de inclusão. Cabe a eles não apenas transmitir o conteúdo, mas garantir que todos os alunos, inclusive os alunos surdos, tenham condições reais de aprendizagem. A falta de preparo e de recursos adequados constitui uma barreira pedagógica, que compromete a equidade no ambiente educacional (Mallmann *et al.*, 2014).

Essas barreiras não apenas dificultam o desempenho acadêmico dos alunos

surdos, como também os colocam em desvantagem em relação aos seus colegas ouvintes. A ausência de uma comunicação eficaz e de estratégias de ensino adaptadas contribui para a exclusão silenciosa desses estudantes, comprometendo sua participação plena no ensino superior (Leite, 2024; Bisol *et al.*, 2010).

Entretanto, a inclusão de alunos surdos no ensino superior exige mais do que a simples presença desses estudantes em sala de aula. A superação de docentes diante das barreiras pedagógicas passa, necessariamente, pela construção de um ambiente, no qual a comunicação, o conteúdo e os processos avaliativos sejam adequados às necessidades dos estudantes surdos, assegurando igualdade e participação plena (Bisol *et al.*, 2010).

Com o objetivo de compreender de forma mais aprofundada os desafios enfrentados pelos docentes no processo de inclusão dos alunos surdos no ensino superior, a seguir, serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados, bem como os critérios de seleção dos participantes e as técnicas utilizadas para a coleta e análise dos dados.

Método

A metodologia escolhida para desenvolver esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa de caráter descritivo. O método escolhido é o narrativo, pois permite compreender as experiências e percepções dos docentes a partir de suas próprias histórias e relatos. O método narrativo é adequado para captar a subjetividade e os significados que os professores atribuem ao processo de inclusão de alunos surdos, revelando as dificuldades, estratégias e reflexões que emergem em suas práticas pedagógicas (Gil, 2021; Paiva, 2008).

De acordo com Gil (2022, p.135), na realização do método narrativo “devem ser escolhidos participantes que tenham histórias ou experiências de vida que possam ser contadas”. Então, através das narrativas, é possível identificar não apenas as barreiras objetivas, como a falta de formação em Libras, mas também as nuances das adaptações pedagógicas e emocionais envolvidas no cotidiano desses profissionais.

Assim, o método narrativo enriquece a análise ao proporcionar uma visão mais profunda e contextualizada das experiências individuais dos docentes, permitindo uma compreensão holística dos desafios e soluções no processo de inclusão. A pesquisa foi realizada em uma Universidade Federal no Brasil, houve a participação de sete docentes. Os participantes desta pesquisa foram professores do curso de Administração, escolhidos intencionalmente por serem professores que atenderam um aluno surdo. A coleta de dados foi por meio de entrevistas, as perguntas foram elaboradas pelos autores de acordo com o contexto deste estudo.

A análise dos dados foi desenvolvida com a análise temática (Braun & Clarke, 2006). A perspectiva da análise temática segue os seguintes passos: (1) Familiarização dos dados: ler e reler os dados (entrevistas, transcrições) para familiarizar-se com o conteúdo; (2) Gerar códigos: trata-se das informações

significativas como um conceito criando “códigos”; (3) Buscas por temas: os códigos formam os “temas” respondendo a questão de pesquisa; (4) Revisão dos temas: identificar os temas principais; (5) Definição e nomeação dos temas: os nomes dos temas devem ser descritivos e que representem com precisão o conteúdo; (6) Relatório final: a análise final é apresentada de maneira clara, e no contexto da pesquisa acrescentar as teorias relevantes sobre o assunto da pesquisa.

Com base nas informações coletadas, foi possível reunir informações sobre as dificuldades enfrentadas no contexto acadêmico, especialmente no que se refere à formação docente, à acessibilidade comunicacional e às estratégias de ensino. A seguir, serão apresentados os principais resultados obtidos a partir da análise dos dados, permitindo uma reflexão sobre a prática pedagógica atual e os caminhos possíveis para uma educação superior mais inclusiva para alunos surdos.

Resultados

Os resultados obtidos nesta pesquisa estão de acordo com a base teórica que levantou informações como a obrigatoriedade da inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos cursos de licenciatura estabelecidos pela Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Essa lei altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e determina que os cursos de formação de professores devem incluir a disciplina Libras em suas grades curriculares, com o objetivo de garantir a formação adequada para a inclusão de alunos surdos no sistema educacional (Brasil, 1996; Brasil, 2010).

Além disso, o Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a promoção e a utilização da Libras na educação, destacando a importância de sua inclusão nos cursos de formação de professores (Brasil, 2005).

Nos cursos de licenciatura, a inclusão da disciplina de Libras é obrigatória, conforme o referido decreto, sendo parte integrante da formação docente, para garantir acessibilidade. No entanto, é importante destacar que nem todos os docentes universitários possuem formação em licenciatura. Para esses docentes, a oferta do ensino de Libras pode depender da proposta pedagógica de cada instituição e da demanda dos alunos, não havendo nesse caso, uma exigência legal específica.

Portanto, docentes de curso de bacharelado com doutorado não têm, por lei, a obrigação de incluir o ensino de Libras em seus currículos. A partir das falas dos professores, foi possível identificar o primeiro tema “Comunicação”, A comunicação é importante na sala de aula, permite estabelecer um senso de comunidade, Menezes & Nacarato (2020, p.1) mencionam que a comunicação é “tocarmo-nos sem nos tocar, aquilo que nos permite sair de nós mesmos e ir ao encontro do outro”.

Neste sentido, o docente I menciona que apesar de encontrar desafios na comunicação, conseguiu suporte em sala de aula com uma intérprete. Ela também comenta sobre a importância de estratégias de ensino adaptadas e o suporte

contínuo da intérprete, que ajudou a aluna a se desenvolver bem no curso. A importância da comunicação em torná-la acessível é a base para a construção do conhecimento.

A docente II relata a dificuldade de adaptação, menciona que dependeu do auxílio de um intérprete de Libras para se comunicar com a aluna e, embora tenha feito esforços de interação, reconhece que fez poucas adaptações além de tentar se expressar de forma acessível. O uso da tecnologia pode ser um aliado, durante a pandemia Covid-19 houve a reorganização de todas as esferas da sociedade, no ensino superior acatou as orientações da Portaria N° 343 de 17 de março de 2020, e o Parecer CNE/CP nº 5/2020, enviado pelo Ministério da Educação para a substituição das aulas de ensino superior presenciais para o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) (Brasil, 2020; Brasil, 2020; Lima et al., 2023).

Neste momento a docente III, mencionou que ocorreu o uso de tecnologia quando não havia intérprete de Libras, mas a barreira na comunicação era um desafio nesse momento, acabava usando o chat para se comunicar com o aluno, além de outros aplicativos que não soube mencionar o nome e o Moodle (*software* de apoio a aprendizagem com diversos recursos de interação), a professora também enfatizou a importância do suporte institucional, como intérpretes, apesar das dificuldades apresentadas o aluno conseguiu se desenvolver ao longo do curso.

Entre todos os entrevistados, somente o docente IV relatou que tentou aprender Libras para se comunicar melhor com o aluno surdo, mas a pandemia dificultou esse processo. Ela destacou que era importante aprender alguns sinais para tentar criar um ambiente mais inclusivo e empático, mesmo com a presença constante de uma intérprete de Libras. Esses relatos complementam a visão sobre as dificuldades enfrentadas e as adaptações realizadas para atender as necessidades de um aluno surdo, destacando o uso da tecnologia e a colaboração com intérpretes.

Ao tratar do tema “formação acadêmica”, os relatos encontrados sobre a presença no currículo de alguma disciplina que trate de acessibilidade ou o ensino de Libras indicam que, somente um dos entrevistados optou por uma disciplina optativa na realização do seu mestrado, mas que hoje ele considera essencial a inclusão desse tipo de conteúdo no currículo de futuros professores e na formação continuada dos docentes. Os outros entrevistados não tiveram uma formação formal ou disciplina dedicada à acessibilidade ou ensino de Libras durante sua formação.

O docente V mencionou a participação em oficinas e workshops de Libras, especialmente quando havia demanda, como a presença de um aluno surdo, mas esses treinamentos eram pontuais e não uma parte contínua da formação. O docente VI destacou que as capacitações oferecidas pela instituição não são contínuas e, muitas vezes, ocorrem apenas quando há um aluno com deficiência matriculado. Ele acredita que a formação para inclusão deveria ser constante para criar uma verdadeira mudança cultural.

O docente VII relatou que sua formação sobre inclusão se limitou a palestras de curta duração e oficinas pontuais. Ele mencionou que a instituição tem tentado

melhorar, mas ainda há um longo caminho a percorrer. De acordo com Silvia et. al (2023, p.58), “ a formação dos docentes em libras é uma necessidade no ambiente atual da educação conforme as reformas educacionais”, os relatos presentes nesta pesquisa representam tal necessidade e relevância nas discussões a respeito da inclusão através da comunicação.

Os resultados desta pesquisa confirmam que, embora haja dispositivos legais que preveem a inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos currículos de licenciatura, ainda existe uma lacuna significativa entre o que é previsto na legislação e o que efetivamente acontece nas práticas docentes no ensino superior. As falas dos professores evidenciam que, mesmo com o apoio de intérpretes, a ausência de formação específica em Libras e em estratégias de ensino inclusivas compromete a comunicação direta com os alunos surdos e, conseqüentemente, o processo de ensino-aprendizagem. Em cursos de bacharelado, essa lacuna é ainda mais evidente, pois a obrigatoriedade da disciplina de Libras não se aplica legalmente a esses currículos, o que acarreta dificuldades práticas no cotidiano das aulas.

A temática da comunicação surgiu como central nos relatos, sendo percebida não apenas como meio de transmissão de conteúdo, mas como instrumento de construção de vínculos, pertencimento e autonomia. O uso de intérpretes e de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) foi apontado como um facilitador em alguns contextos, sobretudo durante o período da pandemia da Covid-19. Contudo, também se revelaram as limitações desses recursos quando utilizados de forma improvisada ou sem o devido suporte institucional. A tentativa isolada de alguns docentes em aprender Libras mostra boa vontade, mas também evidencia a fragilidade de um sistema que não oferece suporte formativo adequado e contínuo.

Em relação à formação acadêmica, os dados revelam que a maioria dos docentes não teve acesso a disciplinas formais que tratassem da inclusão ou do ensino de Libras durante a sua trajetória formativa. As ações formativas, quando ocorrem, são pontuais e motivadas pela presença do estudante com deficiência, e não fazem parte de um programa institucional permanente. Isso demonstra que a formação para a inclusão ainda é vista como algo circunstancial, e não como parte estruturante da formação docente.

Diante dos resultados apresentados, é possível refletir sobre os desafios estruturais e formativos enfrentados por docentes no processo de inclusão de alunos surdos no ensino superior. A seguir, são apresentados as considerações finais deste estudo, com base nos dados analisados que sustentaram a pesquisa.

Considerações finais

As conclusões deste estudo revelam a complexidade do processo de inclusão de alunos surdos no ensino superior, destacando a importância do envolvimento dos docentes e da adequação das práticas pedagógicas às necessidades específicas desse grupo de estudantes. Embora a Universidade Federal pesquisada

tenha se esforçado para promover a inclusão, fornecendo intérpretes de Libras e outras formas de suporte, os relatos dos professores mostram que ainda existem desafios significativos, especialmente em relação à comunicação eficaz e à falta de formação específica para lidar com as demandas dos alunos surdos.

Os depoimentos dos docentes ressaltam que a presença de um intérprete em sala de aula, embora essencial, não elimina a necessidade de o professor adaptar suas metodologias de ensino, criar um ambiente inclusivo e buscar formas alternativas de interação com os alunos surdos. Muitos professores relataram dificuldades na adaptação de suas práticas e reconheceram que sua formação inicial não os preparou adequadamente para atender às necessidades desse público.

Além disso, o uso de tecnologias, como plataformas de ensino e aplicativos de comunicação, foi mencionado como uma estratégia útil, mas não suficiente para superar as barreiras de comunicação e garantir a plena participação dos alunos surdos no processo educativo. Outro ponto importante observado foi a falta de uma formação continuada que prepare os docentes para lidar com a diversidade em sala de aula.

Muitos dos participantes indicaram que sua experiência com alunos surdos foi limitada a treinamentos pontuais ou workshops esporádicos, realizados apenas quando havia demanda imediata. Isso reforça a necessidade de que a capacitação para a inclusão seja contínua e sistemática, de modo que os professores possam estar mais bem preparados para enfrentar esses desafios de maneira proativa e eficaz.

Assim, o estudo sugere que, para promover uma inclusão efetiva dos alunos surdos no ensino superior, não basta a implementação de leis e políticas que garantam a presença de intérpretes de Libras. Observou-se a necessidade de investir na formação dos professores, tanto durante a graduação quanto na formação continuada, garantindo o desenvolvimento das competências necessárias para atender a esses estudantes.

A pesquisa evidenciou que, apesar das dificuldades, há um esforço por parte dos docentes para criar um ambiente de ensino inclusivo. No entanto, sem um suporte institucional mais robusto e capacitações constantes, as barreiras no processo de inclusão continuarão a existir.

Por fim, o estudo reafirma a importância de políticas públicas e iniciativas institucionais que garantam não só a presença de recursos como intérpretes de Libras, mas também o desenvolvimento de uma cultura institucional que valorize a inclusão, investindo na formação docente e em estratégias pedagógicas que assegurem a participação plena dos alunos surdos no ambiente acadêmico.

Referências

- Araújo, I. O. (2025) 'A educação especial no Projeto Político Pedagógico : desafios e possibilidades para uma escola inclusiva', Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/62790>
- Barbosa, A. A. (2024). A inclusão de libras nos currículos de Jornalismo: análise e propostas. *Colóquios Nacional e Internacional do Museu Pedagógico da UESB*, 15(1), 680-682.
- Bisol, C. A., Valentini, C. B., Simioni, J. L., & Zanchin, J. (2010). Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. *Cadernos de Pesquisa*, 40, 147-172.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.
- Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- Brasil. (2005). Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o uso e difusão da mesma. *Diário Oficial da União*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm
- Brasil. (2010). Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras. *Diário Oficial da União*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal.
- Brasil. (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (2020a). Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020. Orienta as diretrizes educacionais sobre as ações escolares e educacionais durante e pós-pandemia da COVID-19. *Diário Oficial da União*. <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/coronavirus/parecer-cne-cp-no-5-2020>

- Brasil. (2020b). Ministério da Educação. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - COVID-19. *Diário Oficial da União*. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>
- Brasil. (2023). Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023. Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm
- De Lima, L. M., & Manjinski, E. (2024). Inclusão de alunos com deficiência no ensino superior brasileiro: análise crítica das práticas educativas e políticas de inclusão. *Revista Teias de Conhecimento*, 1(4).
- De Souza, C. J., & Vieira, A. A. (2020). A utilização das tecnologias assistivas para alunos surdos em tempos de pandemia: um estudo introdutório. *Itinerarius Reflectionis*, 16(1), 01-25.
- Gil, A. C. (2022). *Como elaborar projetos de pesquisa* (7ª ed.). Atlas. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/>
- Gil, A. C. (2021). *Como fazer pesquisa qualitativa* (Vol. 1, p. 15). Atlas.
- Glasser, A. E., & Pires-Santos, M. E. (2011). As “fronteiras” da sala de aula: O ensino em contexto multilíngue/multicultural. *Estudos Linguísticos e Literários: Saberes e Expressões Globais*, 1(1), 1–9. Foz do Iguaçu: UNIOESTE. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/4136>
- Libâneo, J. C., & Pimenta, S. G. (1999). Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. *Educação & Sociedade*, 20, 239-277.
- Leite, G. B. S. (2024). Surdos no Ensino Superior. *Revista Tópicos*, 2(5), 1-13.
- Malcher, L. V., et al. (2024). Formação docente e inclusão: o papel essencial da educação contínua no ensino de Física para surdos. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo*, 6, e12602-e12602.
- Mallmann, F. M., Conto, J. D., Bagarollo, M. F., & França, D. M. V. R. (2014). A inclusão do aluno surdo no ensino médio e ensino profissionalizante: um olhar para os discursos dos educadores. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 20, 131-146.
- Mantoan, M. T. E., et al. (2003). Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão. *Educação*, 49, 127-135.

- Menezes, L., & Nacarato, A. M. (2020). Comunicação no ensino e na aprendizagem da Matemática. *Quadrante*, 29(2), 1-5.
- Paiva, V. L. M. O. (2008). A pesquisa narrativa: uma introdução. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 8, 261-266.
- Pinto, M. D. de O. S., Martins, F. A. de O., Carvalho, D. M. S. de, & Martins, N. S. de O. (2019). Formação docente e inclusão escolar: o olhar do aluno surdo sobre o curso de pedagogia / Teacher education and school inclusion: a deaf student's look at the pedagogy course. *Brazilian Journal of Development*, 5(9), 14000–14016. <https://doi.org/10.34117/bjdv5n9-024>
- Quadros, R. M. (2004). *Educação de surdos: efeitos de modalidade e práticas pedagógicas*. Artmed.
- Silva, A. T. G., et al. (2023). Formação docente em LIBRAS como trajetória para inclusão escolar. *Editora Licuri*, 58-68.
- Souza, L. B. P., Manga, E. E., & Marques, M. M. P. (2024). Desafios da Educação Inclusiva: Capacitação de professores para lidar com a diversidade de alunos com deficiência. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 10(9), 2545-2559.
- Vilaça-Cruz, R. C., Costa, M. C. L. S., & Faria, J. G. (2021). Crenças de professores em relação à inclusão do aluno surdo na universidade. *Revelli - Revista de Educação, Linguagem e Literatura*, 13.